



PROJETO
DOM HELDER
CÂMARA

CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO
DOM HELDER CÂMARA PARA
FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA
DAS MULHERES E A SEGURANÇA
ALIMENTAR VIA SERVIÇOS DE ATER

MUNICÍPIOS:

QUIXADÁ (CE), OROBÓ (PE)
E VERTENTE DO LÉRIO (PE)



PROJETO
MONITORA

BRASÍLIA – DF
AGOSTO DE 2022



Contribuição do Projeto Dom Helder Câmara para fortalecimento da autonomia das mulheres e a segurança alimentar via serviços de ATER: municípios Quixadá (CE), Orobó (PE) e Vertente do Lério (PE)

Projeto Dom Helder Câmara (PDHC II)

Realização:

Coordenação Geral de Inclusão Produtiva
Departamento de Estruturação Produtiva
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Organização:

Termo de Execução Descentralizada nº 07/2017
Centro de Gestão e Inovação para a agricultura Familiar (CEGAFI)
www.cegafi.com

Comunicação visual:

Agência Cajú

Financiamento:

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

FICHA CATALOGRÁFICA

P964c Projeto Monitora.

Contribuição do Projeto Dom Helder Câmara para fortalecimento da autonomia das mulheres e a segurança alimentar via serviços de ATER: municípios Quixadá (CE), Orobó (PE) e Vertente do Lério (PE) / Projeto Monitora. – Brasília: edição própria, 2022.

39 p. : il. color.

Inclui Referências bibliográficas, Códigos QR, figuras, fotos e quadros.

1. Agricultura familiar. 2. Assistência técnica rural. 3. Extensão rural. 4. Agricultura sustentável. 5. Pequenos produtores. 6. Desenvolvimento local. I. Título.

CDU 631.115.11

Sara Alencar Magalhães – Bibliotecária – CRB 3367

AGOSTO DE 2022

INTRODUÇÃO

Políticas públicas que fortaleçam a autonomia das mulheres, ofereçam incentivos para a participação delas em espaços de decisão e que promovam a segurança alimentar e nutricional são necessárias. Esse é o aprendizado da fase II do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). A parceria com organizações como o Centro Sabiá e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), proporciona tomadas de decisão sobre melhoria e diversificação de seus sistemas produtivos, preparação de alimentos saudáveis para famílias e a destinação de ganhos obtidos pelas suas atividades agrícolas.

Na perspectiva discutida por Favareto e Carneiro (2017), projetos como o PDHC II contribuem na diminuição das privações de elementos “constitutivos de suas vidas e que possibilitam (e limitam) suas conquistas e desejos” (p. 16), correspondendo ao que o economista Amartya Sen define como *functionings*¹. Entre eles, podem ser mencionados “ter respeito próprio e tomar parte na vida da comunidade” (Sen, 1996, p. 56).

Essas ações contribuem para que as mulheres rurais sintam-se reconhecidas, valorizadas como sujeitos de direitos e ampliem suas possibilidades de escolhas. Políticas públicas direcionadas às mulheres reduzem a desigualdade de gênero e contribuem para melhorar os ativos das mulheres e a possibilidade de ocupar espaços, inclusive aqueles com algum poder de decisão, dentro dos estabelecimentos produtivos, bem como fora deles (FAVARETO, 2021).

O desafio consiste em reconhecê-las como sujeitos produtivos e destacar sua importância nos processos de transição dos sistemas alimentares, sobretudo desde uma perspectiva agroecológica (JALIL, 2022).

AO GANHAREM AUTONOMIA FINANCEIRA, PODEM, SEM DÚVIDA, DECIDIR SOBRE O QUÊ PRODUIZIR, COMO PRODUIZIR E A QUALIDADE DOS ALIMENTOS QUE OFERECEM PARA SUAS FAMÍLIAS. ALÉM DISSO, ESSE PROCESSO AS LIBERTA DE RELAÇÕES OPRESSORAS E LHEZ OFERECE NOVAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA (FAVARETO, 2021).

¹ “Os funcionamentos representam parte do estado de uma pessoa: em particular, as coisas que consegue fazer ou ser ao viver. Alguns funcionamentos são muito elementares, como estar nutrido adequadamente, ter boa saúde, etc. Outros podem ser mais complexos, mas seguir sendo altamente apreciados, como obter a autodignidade ou integrar-se socialmente” (SEN, 1996, p. 55 e 56).



TRABALHO INVISIBILIZADO

As mulheres do campo estão envolvidas num amplo leque de papéis dentro dos sistemas alimentares, desde a produção e o processamento até a venda e o consumo (QUISUMBING et al, 2021), mas a relevância de suas participações nas atividades produtivas é timidamente reconhecida. No estudo publicado em 2006 por Silva e Portella sobre a divisão sexual do trabalho² em áreas rurais no nordeste brasileiro, as autoras produziram um diagnóstico social e econômico desfavorável sobre as condições das trabalhadoras rurais.

Além de limitações comuns ao conjunto de famílias de agricultores no Nordeste, como a pequena extensão de terras, a baixa qualidade do solo e a reduzida capacidade de investimento, se somam a outras dificuldades que aprofundam os problemas enfrentados pelas mulheres. Entre eles, o baixo acesso a instrumentos formais para a geração de renda e as condições precárias da moradia que aumentam a sobrecarga de trabalho das mulheres. Muitas moradias são paralelamente utilizadas como curral e armazém nas épocas de boa safra, o que aumenta os riscos de adquirir doenças (SILVA E PORTELLA, 2006).

Junto a isso há uma sobrecarga por atividades não remuneradas (da casa e da família) que limitam a participação de mulheres em atividades de formação (FAO, 2017), “num *continuum* do trabalho produtivo com o reprodutivo” (SILVA E PORTELLA, 2006, p.136).

As relações de trabalho são dominadas pelos homens. Eles tomam as decisões sobre o quê produzir, onde comercializar e como usufruir da renda. Dessa forma, a autonomia das mulheres é reduzida ou até bloqueada. Para Silva e Portella (2006), as trabalhadoras rurais estão submetidas a uma carga de trabalho que “se impõe quase como uma totalidade sobre o tem-

² A divisão sexual do trabalho “designa o trabalho dos homens à esfera produtiva e o das mulheres à esfera reprodutiva, também hierarquiza o trabalho dos homens sobre o das mulheres, sendo que um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher” (HIRATA; KERGOAT, 2008, citado pelo FIDA, 2021, p. 15).

po de vida” (p.143). Dados de 2012 indicam que, das 42 horas de carga global do trabalho das mulheres rurais no Brasil, somente 14 horas eram remuneradas, em comparação às 37 horas pagas aos homens (FAO, 2017).

Outras pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho ensinam que as tarefas desempenhadas na horta ou no cuidado dos pequenos animais não são extensão das tarefas domésticas e sim atividades que fazem parte do trabalho e são fundamentais para a “sustentação da vida” (JANCZ e colaboradoras, 2018, p. 18). A análise feita por Hillenkamp (2021) sobre a função das mulheres na transição ecológica e social, destaca uma abordagem da economia do ponto de vista não mercantil, baseado nos princípios de reciprocidade, redistribuição e produção para o próprio consumo familiar.

Ainda falta muito a ser percorrido para superar a desigualdade de gênero nos espaços rurais. No entanto, como relatam Jancz e colaboradoras (2018), existem experiências que mostram o sucesso dos processos de auto-organização das mulheres para vencer essas condições de precarização na divisão sexual do trabalho.

Dentre as experiências que podem ser chamadas de exitosas³, encontram-se as lideradas por mulheres cujas famílias foram apoiadas com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no marco do PDHC fase II. Tais experiências convertem-se em oportunidade de aprendizagem pelo protagonismo exercido por elas para garantir o bem-estar de suas famílias e suas comunidades, assim como pela conquista de autonomia, fortemente valorizada pelo coletivo de mulheres.

Este documento pretende relatar essas experiências, na voz de suas protagonistas e trazer à luz informações levantadas pelo Projeto Monitora da UnB⁴, lições e recomendações que podem contribuir com futuros projetos, que visem à equidade de gênero e o empoderamento das mulheres, geração de renda e redução da pobreza e da fome nos espaços rurais brasileiros.

Para começar, sintetizam-se informações do PDHC II e de duas organizações parceiras que atuaram na execução do Projeto. Em seguida, apresentam-se casos estudados em Pernambuco e Ceará. Por fim, são listadas lições e recomendações que podem auxiliar no desenho de projetos futuros, sobretudo nas dimensões de gênero e segurança alimentar e nutricional.

³ Uma experiência exitosa no marco do PDHC II está caracterizada pelo desenvolvimento de boas práticas e inovações levadas a cabo por uma família ou grupo de indivíduos que ajudam a enfrentar os desafios do semiárido, gerando impactos positivos nas condições de vida da família e/ou da população local que vive em condições de subsistência. As experiências bem-sucedidas devem permitir extrair lições e aprendizados que possam ser inspiração para outras famílias e comunidades, como exemplos práticos que possam ser adaptados em outros contextos.

⁴ O projeto “Avaliação e monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara – Monitora UnB/SEAD” tem por objetivo monitorar, avaliar e dar suporte para a coordenação e a articulação de políticas públicas e inovações ligadas à assistência técnica e à extensão rural e ao enfrentamento da pobreza e desigualdade rural no escopo da fase II do PDHC, alcançando ¹¹ estados brasileiros e ⁹¹³ municípios do semiárido brasileiro.

O PROJETO DOM HELDER CÂMARA (PDHC) FASE II E AS ORGANIZAÇÕES DE ATER PARCEIRAS

O objetivo do PDHC II foi reduzir a pobreza rural no semiárido brasileiro. Para isso, a iniciativa propôs a diminuição das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia; além de promover a coordenação de políticas públicas e/ou a formulação de novas ações públicas, sempre na base da ampliação de inovações. A operação do PDHC II ocorreu a partir de um acordo de empréstimo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), assinado em 2014 pelo governo Federal e operacionalizado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

RESULTADOS – PROJETO DOM HELDER CÂMARA (2014 – 2023)

 ATENDIMENTO A 835 MUNICÍPIOS | 11 ESTADOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO



DESAFIOS: Cortes de recursos e mudanças significativas em sua operacionalização, apesar da ampliação do tempo de execução, planejado inicialmente para seis anos

Fonte: Sistema de Gestão de ATER (SGA), 2021

BENEFICIÁRIAS DO PDHC II

O PDHC II preconiza uma proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atenda às diferentes dimensões do desenvolvimento rural e do combate à pobreza e à fome. Parte do princípio de que a ATER deve ser “contínua e sistêmica focada nas demandas, objetivos e áreas de interesse das famílias beneficiárias” (POA, 2020, p.3).

Os beneficiários do PDHC II são agricultores e agricultoras familiares, inscritos no Cadastro Único⁵ do Governo Federal, dando especial ênfase ao atendimento de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Essa especificidade implica trabalhar com metodologias e instrumentos de ATER adaptados aos diferentes tipos de grupos prioritários, suas demandas e capacidades.

Em correspondência à multidimensionalidade dos serviços de ATER, o Projeto foi estruturado em três componentes principais: a ampliação de inovações para o desenvolvimento sustentável, como o fortalecimento das capacidades organizacionais e o acesso aos mercados. Tudo isso para favorecer o diálogo sobre políticas públicas.

⁵ O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Podem se inscrever no Cadastro Único as famílias que: Possuem renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo; Possuem renda acima dessas, mas que estejam vinculadas ou querendo algum programa ou benefício que utilize o Cadastro Único em suas concessões.



Ana Cláudia da Silva | Foto: Silvia Nonata da Silva

Era esperado que a execução dos três componentes fosse realizada de maneira coordenada e articulada, mas, após a análise dos casos apresentados neste texto, foram os serviços de ATER para o **desenvolvimento produtivo sustentável e o acesso aos mercados** que viabilizaram as ações para fortalecimento da autonomia das mulheres. O objetivo foi a transformação sustentável da produção agrícola para melhorar a segurança alimentar e nutricional (SAN) e a geração de renda, guiados pelos princípios da agroecologia e da convivência com o semiárido (BRASIL, 2013).

Um ponto importante a ser destacado é a orientação para uso de metodologias que reconheçam o conhecimento local e tradicional e a sua integração horizontal com os conhecimentos técnicos e científicos, como a implementação de atividades específicas que revertam as desigualdades de gênero e geracionais, assim como incluam comunidades tradicionais, com o objetivo de promover a inclusão socioprodutiva desses grupos mais vulneráveis da população rural (BRASIL, 2013).

A principal linha de atuação do PDHC II é a disponibilização de serviços de assistência técnica por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que contratou 27 organizações de ATER, 10 públicas e 17 privadas, mediante a execução de 46 contratos de prestação de serviços, nos 11 estados do semiárido brasileiro.

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Fonte: SGA, 2021

PROPOSTA INICIAL:

37 MIL MULHERES

(50% das pessoas beneficiárias do gênero feminino)

ATENDIMENTOS:

36.526 MULHERES

=99%



Foto: Sílvia Nonata da Silva

Ainda como parte das estratégias do PDHC II, por meio de uma parceria com o Ministério da Cidadania (MC), 16.040 (91% da meta de 17.700) famílias foram beneficiadas pelo Programa Fomento⁶ às Atividades Produtivas Rurais, o que viabilizou aporte de R\$ 2.400/família, repassados em 2 parcelas, representando um potencial de investimento de R\$ 38,5 milhões.

O Programa foi estabelecido com os objetivos de estimular a geração de emprego e de renda, promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) e impulsionar a participação dos beneficiários (em condições de pobreza e extrema pobreza) em formações sociais, educacionais, técnicas e profissionais, bem como promover a sua participação em associações e cooperativas. Por meio do referido Programa, os agricultores recebem acompanhamento individualizado e continuado de técnicos agrícolas, que compartilham seus conhecimentos sobre formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos. O Programa também disponibiliza recursos não reembolsáveis para serem investidos na estruturação de suas atividades produtivas. Foi transformado em Lei 12512 em outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto 9221 em dezembro de 2017.

⁶ Especificamente, nestes casos estudados, não houve aporte do fomento produtivo rural.

LADO A LADO NO SEMIARIDO

Entre as organizações prestadoras do serviço de ATER, encontram-se o Centro Sabiá e o CE-TRA, cujos contratos foram executados nos estados de Pernambuco e Ceará, respectivamente.



Organização não-governamental que promove a agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Criado em 1993, opera no estado de Pernambuco, especificamente nos Territórios do Agreste, Zona da Mata e Sertão, além da região Metropolitana de Recife. Seu trabalho destaca-se pela interação com diferentes setores da sociedade civil, com o propósito de construir conjuntamente um modelo de desenvolvimento sustentável.

PARCERIA PROJETO DOM HELDER CÂMARA E CENTRO SABIÁ EM NÚMEROS

PLANEJAMENTO INICIAL
5.420 ATIVIDADES DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.975 ATIVIDADES
REALIZADAS
=95%

15
MUNICÍPIOS
do território do
Agreste (PE)

597
UNIDADES
FAMILIARES
DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA
(UFPA)

1.747
PESSOAS
atendidas
individualmente

 18 PROFISSIONAIS

 VALOR DO CONTRATO:
R\$ 955.066,58

CETRA



Associado à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), à Rede Ater Nordeste, ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos e ao Movimento de Mulheres, o Centro de Estudos e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) é uma organização que conhece o Projeto Dom Helder Câmara desde seus primeiros movimentos nos anos 2000. Atualmente o centro responde por oito municípios e cerca de 900 beneficiários atendidos.

Atuando sob os princípios da agroecologia e da convivência com o semiárido⁷, o CETRA tem ampla capilaridade com articulação em rede com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Rede ATER Nordeste, o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

PARCERIA PROJETO DOM HELDER CÂMARA E CETRA EM NÚMEROS

PLANEJAMENTO INICIAL

8.584 ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.396 ATIVIDADES REALIZADAS

=86%

09

MUNICÍPIOS

do Sertão Central (PE)

962

UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (UFPA)

2.806

PESSOAS

atendidas individualmente



32 PROFSSIONAIS



VALOR DO CONTRATO:
R\$ 1.421.828,73

⁷ De acordo com a "Declaração do Semiárido", divulgada em 1999 pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a convivência com o semiárido visa "a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido", bem como "a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção".
Fonte: Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Declaração do Semiárido. 1999. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf. Acesso em 23 ago. 2022.

TOME NOTA

O Centro Sabiá e o CETRA destacaram-se pelos resultados significativos e pela qualidade na prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural, conforme constatado nas pesquisas realizadas pelo Projeto Monitora UnB. Tais resultados, entretanto, não são quantificáveis devido ao fato desse trabalho ser de natureza qualitativa e não quantitativa. Nessas pesquisas, foram analisadas mudanças ocorridas em dimensões como a apropriação de novas práticas, aumento da produção, diversificação, comercialização, manejo de recursos naturais e atendimento diferenciado a grupos prioritários. Os indicadores citados foram bem avaliados pelos beneficiários.

AUTONOMIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA: OS CASOS DAS MULHERES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO E CEARÁ



O município de Orobó, no Território do Agreste Setentrional de Pernambuco, é predominantemente rural, com um importante fluxo entre o campo e a cidade (PAULO e WANDERLEY, 2006). Dos 22.878 habitantes do município, 14.645 (64%) são população rural. Orobó conta com 1.846 estabelecimentos da agricultura familiar (AF) (IBGE, 2017), dos quais 575 são conduzidos diretamente por mulheres e 725 por homens. Em codireção pelo casal, há 523 estabelecimentos. Restam 22 estabelecimentos que são conduzidos, conforme o Censo Agropecuário de 2017, por meio de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o proprietário titular. Somadas a essas informações do Censo Agropecuário de 2017, chama a atenção que, do total de AF, 22% nunca frequentaram a escola e 92% não tinham recebido serviços de ATER até aquele momento.

Os três anos de serviço de ATER recebidos por quatro mulheres deste município, graças à parceria do PDHC II com o Centro Sabiá, gerou mudanças significativas em seus sistemas produtivos e ampliou as oportunidades para venda dos produtos *in natura* ou preparados. Lucinete Antônio, Luciana Celerino, Renata Fernandes e Verônica Nascimento contam histórias de sua infância e juventude que indicam como, desde cedo, tiveram que trabalhar em atividades domésticas e no cuidado do quintal. Os homens da família desempenhavam atividades na lavoura ou saíam para trabalhar fora de casa.

Lucinete e Luciana são irmãs (naturais da Paraíba, mudaram-se para Orobó, em Pernambuco, depois de se casarem) e moram próximas uma da outra. Provêm de uma família de nove irmãos. Desde crianças elas trabalham na roça e gostam muito da agricultura. Antes de conhecer o PDHC II, trabalhavam na roça e doavam o excedente da produção para os vizinhos ou forneciam para os animais. No entanto,

a diversificação de produtos em seus quintais era pouca. Lucinete conta que ela aproveitava a madeira que o marido cortava para ampliar a lavoura, para fazer carvão e vendê-lo.

Renata morava com a mãe e ajudava na roça desde criança. Passavam dificuldades e ela foi morar um tempo no Rio de Janeiro, onde a vida foi ainda mais difícil. Quando regressou não voltou a morar com a mãe. Ela começou a receber a assessoria técnica pelo Centro Sabiá o que, segundo seu relato, mudou sua vida. Fazia farinha de mandioca e vendia, até que a técnica lhe sugeriu que fizessem beiju. Ela animou-se e, embora em dúvida quanto à sua capacidade para prepará-lo e vendê-lo, foi adiante. Hoje, a clientela considera o seu produto como o melhor beiju do município. Recebe encomendas e faz outros tipos de produtos utilizando a farinha de mandioca como matéria prima. Nas palavras dela: "Agora eu estou batalhando para mim mesma". Comprou uma moto, que lhe permite entregar as encomendas dos bolos e beiju, assim como facilita seu deslocamento para levar produtos à feira e comprar os insumos para a produção na propriedade. Renata complementa:

"QUEM CHEGA EM MINHA CASA FICA DE BARRIGA CHEIA; AGORA A COMIDA NÃO FALTA"

Verônica, filha mais velha de 4 irmãos, teve que se dedicar a cuidar dos mais novos. Desde criança, trabalhava na roça e na adolescência ficou grávida. Mãe solteira de dois filhos, passou muita dificuldade e enfrentou situações em que não tinha alimentos para oferecer a seus meninos, nas palavras dela: "É triste você ter um filho, ele pedir uma coisa e você não ter o que dar para ele, não ter o que dar de comer". Depois casou e junto com o marido, que para ela é uma benção, começaram a construir uma vida juntos, criando os dois filhos até que conseguiram comprar um pequeno lote de terra. Não sabiam que existiam esse tipo de projetos que ofereciam serviços de ATER. Depois de entrar no PDHC II, aprendeu que era possível, num lote pequeno, produzir de forma diversificada e a avaliar os custos de produção para poder estabelecer os preços dos produtos comercializados na feira. Graças aos cursos para a agricultura familiar ministrados pelo Centro Sabiá com recursos do PDHC II, ela e o marido produzem sal mineralizado para consumo dos animais (cabras) utilizando, principalmente, insumos da propriedade como casca de ovo e cinzas. Como Verônica fala, "esse sal é desenvolvido com produtos da terra". Também fazem milho hidropônico para alimentar as galinhas e ela prepara bolo de laranja, de maracujá e de macaxeira para vender na feira. Também recebe encomendas pelo aplicativo do telefone.



Foto: Olivia Godoy

Para Verônica, o apoio recebido deu a oportunidade de oferecer aos seus filhos o melhor alimento possível. A comida não falta, quase tudo o que consomem é produzido em seu pequeno lote. Outro ponto que destaca é ter adquirido ferramentas para trabalhar na terra. Agora eles têm uma enxada, uma foice, uma pá. Por fim, para ela, outro desafio foi pertencer à comissão de jovens multiplicadores da agroecologia, iniciativa do Centro Sabiá e participar do Foro de Mulheres do Agreste⁸. Fazer parte desses espaços ajudou-a a adquirir conhecimentos sobre agroecologia, conhecer outros jovens, outras mulheres e vencer os medos de interagir e posicionar-se, com isso conseguiu “se libertar”, como ela mesmo afirma.

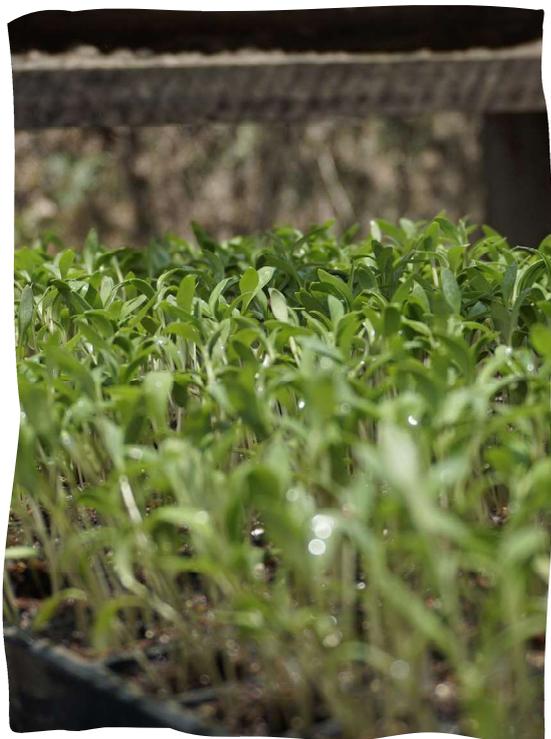
Com o serviço de ATER, esse grupo de mulheres aprendeu a trabalhar com outros cultivos como banana, laranja, maracujá, macaxeira, inhame e diversos tipos de hortaliças, além da criação de galinhas. Com essa diversidade de produtos, essas mulheres rurais garantem alimentação saudável e adequada para suas famílias. Além disso, comercializam diversos produtos na feira agroecológica de Orobó, onde conquistaram uma clientela fiel interessada em comprar produtos variados de qualidade e livres de agrotóxicos.

Receber a assessoria em suas propriedades e o apoio para um ponto fixo de comercialização, que funciona às quintas-feiras, resolveu muitos problemas cotidianos. Resultado de uma articulação entre o Centro Sabiá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura, esse esforço conjunto viabilizou as vendas do excedente da produção (evitando a perda que costumava ocorrer, uma vez que os produtos não consumidos pelas famílias e seus animais

eram descartados), transformando esse excedente em renda. Com isso, as agricultoras puderam fazer novos investimentos, como a compra da moto de Renata e a do novo lote da família de Verônica. Elas receberam uma barraca e durante os três primeiros meses tiveram o apoio financeiro, por parte do Centro Sabiá, para o deslocamento desde suas comunidades até Orobó. Depois, mais autônomas e com maior renda, como expressa Lucinete, puderam começar a pagar pelo próprio transporte.

Para Juliana Peixoto, coordenadora de projetos do Centro Sabiá, “o PDHC funciona como um grande guarda-chuva, pois permite chegar às comunidades oferecendo os serviços de ATER e, a partir deles, ir articulando outras ações, igualmente lideradas pelo Centro Sabiá, o que leva a melhorar,

Foto: Olívia Godoy



⁸ Criada em 2018, a Rede de Mulheres do Agreste Pernambucano é um fórum de ações estratégicas para enfrentamento da violência contra a mulher e promoção da cultura da paz do território do Agreste pernambucano. O espaço é fruto da participação das agentes das Cáritas (Inter) Paroquiais, mulheres indígenas, quilombolas, jovens, agricultoras e movimentos sociais (Cáritas Diocesana - Pesqueira -PE, 2019)

não só os processos de produção, mas também de processamento e de comercialização dos produtos dessas famílias”.

Hoje a feira é um lugar cheio de significados. Os benefícios vão além da renda que ganham e gastam de forma autônoma. Inicialmente, acreditavam que não teriam coragem para conversar com outras pessoas e oferecer o que produziam ou preparavam. Duas delas, sem saber ler, não sabiam fazer as contas. Essa limitação foi resolvida apoiando-se nos filhos adolescentes. Agora elas conversam, vendem, oferecem, conhecem outras pessoas, trocam informações, aprendem e ensinam. As quatro são reconhecidas e valorizadas como agricultoras. Verônica expressa da melhor forma: (antes) “A gente era escondida, sem ter a oportunidade de ser conhecida, agora somos. Foi uma oportunidade. Ganhamos liberdade! Agora vamos felizes para a feira”.



ACESSE O VÍDEO
CLICANDO
AQUI OU LEIA O
QR CODE ACIMA

PROJETO DOM HELDER CÂMARA FASE II EM VERTENTE DO LÉRIO (PE)

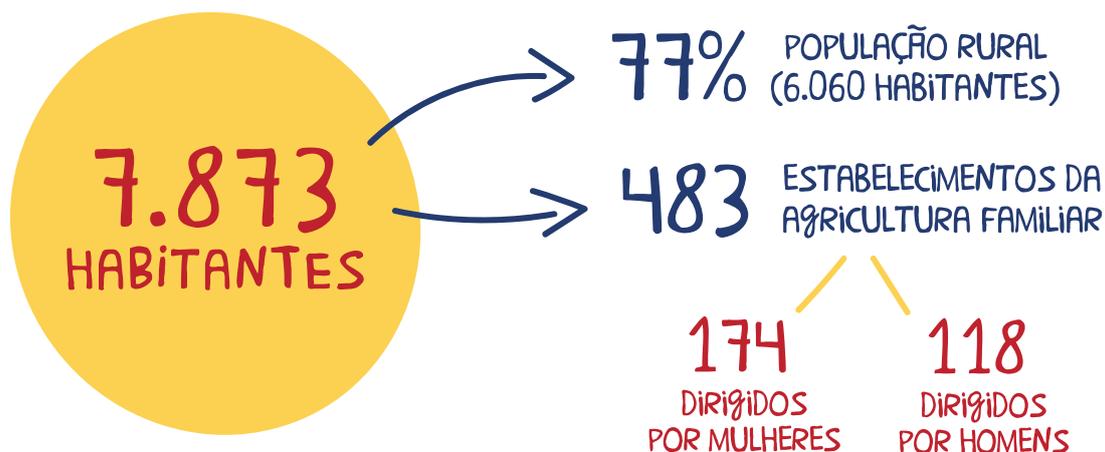


Foto: Olivia Godoy

A experiência desse grupo de mulheres é similar ao caso de Ana Claudia em Vertente do Lério, também atendida pelo Centro Sabiá, no âmbito do PDHC II. Município pequeno, Vertente do Lério tem 7.873 habitantes dos quais 6.060 (77%) correspondem à população rural. São 483 estabelecimentos da agricultura familiar, 174 dos quais dirigidos por mulheres diretamente e 118 por homens. Em codireção por casais há 189 estabelecimentos. Restam dois estabelecimentos que são conduzidos, conforme o Censo Agropecuário de 2017, através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o proprietário titular. Similar aos dados de Orobó, 25% dos agricultores familiares respondentes do Censo nunca foram à escola e 94% nunca tinham recebido serviços de ATER, nem recursos de fomento (IBGE, 2017).

Ana Cláudia da Silva, no sítio Malambá, em Vertente do Lério, faz a codireção de sua propriedade com o marido, Abel Amaro da Silva, com quem mora e tem dois filhos. Com 48 pés de maracujá, sem saber exatamente que destino dar à fruta colhida, em 2018 começou a vender sua produção no mercado. No ano seguinte, com a chegada da assessoria do Centro Sabiá, foi incentivada a plantar outras culturas consorciadas (milho e alface; couve, coentro e cebola; abacaxi, cenoura e tomate). A diversificação produtiva fez toda a diferença, sobretudo para sua autonomia econômica.

Ter uma renda complementar à renda do marido, lhe permite, por exemplo, oferecer à sua família um dia de lazer. Além de melhorar o planejamento de sua propriedade e diversificar a produção, Ana Cláudia ganhou um espaço na feira do município de Surubim (a 16 km de Vertente do Lério). A agricultora conseguiu um melhor preço para comercializar o maracujá e, orientada pela ATER, passou a diversificar os usos das frutas. Ao navegar pela internet aprendeu a processá-las. Finalmente, chegou a um resultado de produtos comercializáveis a partir do maracujá como polpa, suco, mousse, bolo, sorvete caseiro “dudu gourmet” – como lá são chamados os sucos congelados em saquinhos plásticos, conhecidos em outras regiões brasileiras como “dindim” ou “sacolê”.



Maracujá produzido por Ana Cláudia e família vira suco, dindim e sobremesa
Foto: Sílvia Nonata da Silva

"QUANDO A GENTE TEVE A OPORTUNIDADE DE VENDER NA FEIRA, VENDEU A UM PREÇO MELHOR POR SER UM PRODUTO DE BASE AGROECOLÓGICA. TEMOS CUIDADO COM A TERRA, DESDE A PREPARAÇÃO ATÉ A COLHEITA. O QUE A GENTE VENDE NA FEIRA É O QUE A GENTE COLOCA EM NOSSA MESA" (ANA CLÁUDIA, VERTENTE DO LÉRIO – PE)

Ana Cláudia hoje é a vice-presidente da **Associação de Agricultores e Agricultoras do Tam-bor e Adjacências** – comunidade do município de Surubim (PE) – o que abriu um espaço para que ela ganhasse autonomia e o reconhecimento dela própria, de sua família e dos moradores da localidade.

Nos municípios de Vertente do Lério e Orobó, era a primeira vez que chegava o serviço de assistência técnica. Para Ana Cláudia, a equipe do Centro Sabiá chegou abrindo seus olhos. A colega, Verônica, também percebeu a diferença após a experiência com a assistência técnica oferecida pela Organização. *"Percebemos que muitas vezes é a falta de oportunidades, falta de orientação. Hoje temos orientações"*.



ACESSE O VÍDEO
CLICANDO
AQUI OU LEIA O
QR CODE ACIMA

Sertão Central

No território do Sertão Central (Ceará), encontra-se o município de Quixadá que tem, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010), 80.604 habitantes, dos quais 29% moram nas áreas rurais. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) contabilizou 3.452 estabe-



lecimentos de Agricultura Familiar, dos quais 1.931 são dirigidos por homens e 643 (19%) por mulheres. Em codireção pelo casal, há 827 estabelecimentos da agricultura familiar. Os dados sobre escolaridade e ATER são igualmente desalentadores, como os registrados para os dois municípios do Agreste (PE). Do total dos agricultores familiares, 32% não têm escolaridade e 93% nunca haviam recebido serviços de ATER.

Na área rural de Quixadá, mora Maria Alcy Pereira dos Santos, que faz parte dos 19% de mulheres que dirigem sua propriedade. Divorciada, criou sozinha seu filho e, com muito esforço, juntando suas economias, comprou a terra onde hoje trabalha. Quase a totalidade dos alimentos consumidos pela família é produzida na propriedade, entre elas macaxeira, frango caipira, couve, angu, feijão de corda, sucos e sobremesas das frutas do quintal onde não há veneno.

A unidade de Dona Alci, como é conhecida, conta com estruturas produtivas diferenciadas: obras de alvenaria pensadas para durar muito tempo sem precisar de manutenção, como o centro de um sistema agroecológico de criação de aves integrado com hortaliças. Também há um pequeno galpão para ovinos e suínos, que, por enquanto, não abriga mais os animais porque, segundo a agricultora, a COVID-19 trouxe dificuldades de comercialização. *“Durante a pandemia tive que diminuir a produção, pois não tinha como vender. O que a gente fazia era doar as hortaliças e legumes daqui para os que precisavam mais que a gente!”*

Como relatado por Campos Sá e Diniz (2022), Dona Alci passou a fazer parte do público atendido pelo Projeto Dom Helder Câmara fase II em 2018. A assessoria começou a ser oferecida pelo CETRA em 2019 e segue até os dias atuais. A propriedade tornou-se uma unidade agroecológica de referência. *“Para ela isso já era muito importante, pois sozinha fazia algumas coisas boas, mas os técnicos ajudaram a aprimorar”,* relatam os dois autores.

A capacidade de resiliência e adaptação é outro elemento presente na experiência de Dona Alci. No projeto produtivo original, desenhado pela assessoria com a agricultora, o objetivo era aumentar a produção de ovinos. Com a pandemia, porém, as estratégias foram reformuladas e o novo foco passou a ser a garantia de segurança alimentar da família e assegurar renda com segurança sanitária na comercialização conforme relatam os técnicos e a agricultora.

No seu pequeno sítio, além dela e do companheiro, vivem seu filho com a esposa, um bebê e mais uma mulher, que ela identifica como a outra mãe de seu filho.

“A horta é o que eu mais gosto, mas é assim, acordo de manhã e fico no quintal até a hora de preparar o almoço. Toma muito tempo, pois tem que cuidar de tudo, fazer as coisas que eles (a técnica e os técnicos do CETRA, organização dos serviços de ATER) me orientam. A gente tem



Foto: Olivia Godoy

que organizar a produção para levar para comercialização. Uma vez por mês a nossa turma vai à Fortaleza para vender na feira. Levo frutas, farinha, manga, e toda diversidade que tiver aqui... Antes era só o cheiro verde que eu tinha, erva cidreira e cajú. Eu planto meu milho daqui mesmo. Eu guardo as sementes nos tubos e uso no ano seguinte. Os técnicos querem que a gente faça todas as sementes que puder aqui mesmo. Eu não posso morar numa terra dessa e ir à cidade comprar comida. Eu produzo comida de verdade aqui e a renda vem disso. Hoje eu tenho meu conhecimento sobre a renda, as cadernetas (agroecológicas) me ajudam a saber tudo que eu faço. Essa caderneta me mostrou o significado do meu trabalho, hoje até penso que não sou mais uma agricultora, mas uma grande empresária - se diverte Dona Alci, com seu amplo repertório de humor, atividades e responsabilidades”.

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

A comercialização no município de Quixadá é feita por meio do grupo de mensagens idealizado pela assessoria técnica para as feiras agroecológicas. A ideia inicial era a de organizar a logística e o planejamento da produção. Com a realidade da pandemia, foi preciso ajudar os mais necessitados com cestas solidárias e entregas a consumidores. Hoje, essa ferramenta de comunicação é a principal forma de escoamento da produção.

"As pessoas pedem e a cada quinze dias a gente vai na cidade entregar a produção. Eu boto no grupo aquilo que temos e as pessoas fazem seus pedidos. A internet e o pix ajudaram muito", ressalta a agricultora agroecológica.

Dona Alci vende parte de sua produção numa feira em Fortaleza, idealizada pelo CETRA. Ocorre uma vez por mês e é a entidade que financia o transporte dos produtores e seus produtos. Para ela, a feira deveria funcionar, pelo menos, duas vezes por mês. Nesse local de comercialização, a rentabilidade é maior e as produtoras e os produtores sentem-se mais valorizados.

A experiência das feiras virtuais, dos fundos rotativos solidários⁹ e as combinações de inovações técnicas agroecológicas acumuladas pela assessoria do CETRA foram fundamentais para Dona Alci poder assegurar alimentos para sua família, para as trocas com as vizinhas, para fornecimento às cestas solidárias e ainda se manter no mercado.

O desafio do PDHC II nesse contexto foi de levar assessoria de qualidade, com fortes laços de pertencimento e identidade com o território. Neste sentido, os técnicos selecionados para atuar pelo CETRA eram, na maioria, moradores de Quixeramobim e Quixadá, oriundos de assentamentos de reforma agrária ou de comunidades rurais que enfrentam os mesmos problemas que os beneficiários e foram responsáveis por assegurar para os agricultores a adaptação e a resiliência diante das dificuldades da pandemia.

⁹ O Centro Sabiá e o Cetra utilizam o mecanismo do Fundo Rotativo Solidário (FRS) como uma maneira de construir, junto às famílias agricultoras, mecanismos de apoio à transição agroecológica, visando a sustentabilidade no campo e a mitigação das mudanças climáticas. Para o Centro Sabiá (2020), o Fundo Rotativo Solidário refere-se a um valor para investimento em atividades que as próprias famílias já desenvolvem na perspectiva da melhoria dos seus sistemas para que eles sejam cada vez mais sustentáveis tanto para as famílias quanto para o meio ambiente. Esses recursos podem ser entregues em dinheiro, materiais ou animais. A palavra "rotativo" tem como principal objetivo efetivar a promoção de rotatividade desses recursos, abrangendo também outros sujeitos da comunidade, do município ou da região, principalmente oportunizando mulheres e jovens, uma maneira de dar visibilidade a esses sujeitos que são de extrema importância na agricultura familiar. Ao se falar de "solidário" confere-se um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideias e contrapondo-se às relações políticas e econômicas excludentes. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2020/01/10/fundo-rotativo-solidario-contribui-para-transformacao-de-vidas-de-familias/>. Consultado em 30 de agosto de 2022.

As quatro mulheres de Orobó, além de Ana Claudia, em Vertente do Lério, e Dona Alci, em Quixadá, coincidem ao afirmar que os três anos de serviços de ATER prestados pelo centro Sabiá e pelo CETRA, no âmbito do Projeto PDHC II, contribuíram significativamente para que elas, suas famílias e as pessoas que compram seus produtos tivessem acesso regular a alimentos saudáveis e diversificados. No meio da crise provocada pela pandemia de Covid-19, elas conseguiram, acatando todas as recomendações de biossegurança, continuar produzindo e comercializando nas feiras dos municípios vizinhos.

Foram aproveitados recursos disponíveis nas propriedades e promovidas práticas de convivência com o semiárido. As atividades produtivas realizadas por esse grupo de mulheres, seu empenho e liderança fizeram com que suas propriedades fossem identificadas como unidades de referência, na expectativa de facilitar a troca de saberes e experiências, aproveitar os conhecimentos locais e aperfeiçoar soluções tecnológicas com a orientação das técnicas e técnicos dessas duas organizações parceiras do PDHC II.

Organizações como o Centro Sabiá e o CETRA revelaram-se importantes facilitadoras desse processo. Elas orientam o serviço de ATER para produzir comida de verdade¹⁰, para o convencimento de que primeiro deve ser garantido o acesso regular e permanente ao alimento, em qualidade e quantidade suficientes, para depois avançar com ações de comercialização dos excedentes, seja por meio do processamento ou da venda in natura.

Para essas organizações parceiras do PDHC II, um ponto central é reconhecer as mulheres como sujeitos ativos dos processos produtivos. De fato, os dados da avaliação de impacto¹¹ do PDHC II são alentadores nesse sentido, ao assinalar que houve um importante número de mulheres atendidas pelo projeto. O índice de participação de mulheres (iMu)¹² (MONITORA, 2022), indica a porcentagem em que as mulheres participam em ações comunitárias e ocupações exercidas em diversas atividades, tais como a agropecuária, comércio, serviço público, entre outras.

Esse índice apresentou um impacto significativo ao evidenciar que o PDHC II proporcionou um aumento no empoderamento das mulheres nas famílias beneficiárias em **28,4%** (cerca de 75 pontos acima do grupo controle). O impacto do PDHC foi ainda maior quando compa-

¹⁰ Entende-se *comida de verdade* da forma como foi definida na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada, em 2015, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

¹¹ A avaliação do impacto do PDHC II foi realizada pelo Projeto Monitora – UnB. As informações das famílias de agricultores foram obtidas por meio de duas jornadas de amostragem, sendo a primeira (T0) realizada entre os meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 e a segunda (T1) realizada entre os meses de janeiro, fevereiro e março de 2022. Foram pesquisadas uma amostra significativa de 4.374 famílias, e utilizados dois métodos consagrados para avaliar 28 indicadores: o Pareamento por Escore de Propensão (em inglês: Propensity Score Matching – PSM), e o de Diferenças em Diferenças (em inglês: Differences in Differences – DIFF-IN-DIFF). O tamanho da amostra permitiu aferições tanto para os beneficiários em geral, como daqueles que também receberam o fomento produtivo, sempre comparando com o desempenho de agricultores que não receberam o programa (grupo de controle), com margem de erro de até 4%, para mais ou para menos (MONITORA, 2022)

¹² Quanto maior o valor de iMu, melhor será a indicação de empoderamento das mulheres na unidade agrícola. O iMu varia de 0 a 1.000.



rado aos grupos controle e beneficiários que receberam fomento do projeto. Nestes casos, enquanto os beneficiários com fomento apresentaram um número médio de 353 pontos, o grupo controle apresentou um valor médio de 264 pontos, evidenciando um aumento no empoderamento das mulheres de **33,8%** (cerca de 89 pontos acima do grupo controle).

Outro número que cabe destacar nesta análise é o valor da renda não monetária calculada na avaliação de impacto a partir dos gastos financeiros evitados, ao longo do ano de 2021, por meio do consumo dos produtos de origem animal ou vegetal produzidos na própria unidade agrícola (MONITORA, 2022). Para os beneficiários do PDHC, essa renda foi de 10,6% acima do grupo controle e de **32%** para o caso dos beneficiários que receberam recursos de fomento (711 pontos acima do grupo controle).

Ainda em relação à avaliação de impacto do PDHC (MONITORA, 2022), constatou-se que a escala de **diversidade alimentar**¹³ apresentou um impacto significativo. Enquanto os beneficiários apresentaram uma média de 5,81, o grupo controle apresentou uma média de 5,66. Portanto, o PDHC proporcionou um aumento na escala de diversidade alimentar dos beneficiários em 2,6% (cerca de 0,15% acima do grupo controle). Como nos outros indicadores, o impacto do PDHC no que se refere à diversidade alimentar, foi ainda maior no caso dos beneficiários com fomento quando comparado aos grupos de controle. Nestes casos, enquanto os beneficiários apresentaram um número médio de 6,10, o grupo controle apresentou um valor

¹³ A Diversidade Alimentar indica tanto a variedade de itens alimentares consumidos pelas famílias quanto, indiretamente, a adequação nutricional da dieta. A escala varia entre 0 e 10. Quanto maior o valor desse índice, maior a diversidade alimentar da unidade agrícola.

médio de 5,47, evidenciando um aumento na escala alimentar dos beneficiários com fomento em **11,3%** (cerca de 0,62% acima do grupo controle). Nos domicílios chefiados por mulheres, o efeito foi de **4%**.

Esses dados apoiam as evidências coletadas a partir do diálogo com as seis beneficiárias do PDHC II nos Territórios do Agreste (PE) e Sertão Central (CE). Nessas famílias, com uma forte liderança das mulheres, a SAN, o vínculo a mercados e a geração de renda, seja monetária ou não monetária, estão presentes.

No entanto, os dados da avaliação de impacto não são significativos em termos da superação da insegurança alimentar para o total de beneficiários pelo PDHC II. A incidência de domicílios com insegurança alimentar grave no PDHC é de 11,4%, e a moderada + grave é de 29,4%, sem ter uma diferença significativa entre grupo de controle e beneficiários, mesmo entre os que recebem fomento. Um dos muitos fatores que podem explicar esses resultados é que o grupo controle, também extraído do CadÚnico¹⁴, pode ter sido protegido por outras políticas que os "nivelaram" com o PDHC. De outro lado, as perguntas da EBIA¹⁵ questionam as famílias entrevistadas sobre o acesso aos alimentos nos últimos três meses, período que pode ter sido influenciado pelos efeitos da pandemia de Covid -19.

Apesar disso, há respostas positivas pelo PDHC quando comparado com os resultados da Rede PENSSAN (2022). Observa-se que ocorreu uma expressiva melhoria na segurança alimentar dos beneficiários do PDHC, cujos níveis de insegurança alimentar grave estão em 11,4%, enquanto a média nordestina é de 22,6%. Contudo, a taxa de 11,4% ainda é muito preocupante porque não é admissível agricultores em situação de insegurança alimentar grave, o que mostra a necessidade de investir em ações que permitam que essas famílias acessem alimentos saudáveis e nutritivos (programas de alimentação escolar, transferências de renda direta, vales para compra de alimentos para mercados formais e informais que permitam a compra de frutas e verduras). De maneira complementar a essas ações emergenciais, devem ser estruturados programas que favoreçam sistemas de distribuição mais diversos, com cadeias mais curtas e mercados territoriais, assim como apoiar a formação de sistemas alimentares mais sustentáveis, de base agroecológica.

¹⁴ Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda para a seleção de beneficiários e a integração dessas pessoas a programas sociais governamentais (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/>).

¹⁵ A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) indica o nível de insegurança alimentar da unidade agrícola, sendo que valores maiores indicam maior insegurança

LIÇÕES APRENDIDAS

Sobre autonomia

"QUE AS MULHERES NÃO DESISTAM, QUE NÃO PAREM DE LUTAR, SEMPRE IR ATRÁS DE UMA COISA BOA. SEMPRE BUSCAR A PARCERIA COM OUTRAS MULHERES, É MUITO BOM, UMA AJUDA A OUTRA. SE LIBERTAR E IR PARA A RUA COM A GENTE"
(LUCIANA, OROBÓ – PE)

O PDHC favoreceu a autonomia das mulheres, sobretudo a autonomia econômica. Para isso, foi decisivo o fato de terem recebido assessoria no campo da produção e da comercialização, que foi além da venda do produto, para articular a produção para o autoconsumo, as trocas, as feiras e os grupos de compra. Os depoimentos das mulheres atendidas, inclusive quanto à produção e renda auferidas na comercialização, fornecem evidências disso, assim como os dados obtidos pela avaliação de impacto, que mostram impacto positivo na renda agropecuária total das beneficiárias do projeto¹⁶. Enquanto as beneficiárias apresentaram uma renda agropecuária média de R\$ 3.887,00, o grupo controle apresentou uma renda média de R\$ 3.191,00. Portanto, o PDHC II proporcionou um aumento na renda agropecuária total dos beneficiários em **22%** (cerca de R\$ 696,00 acima do grupo controle).

Quadro 1 | Renda Agropecuária (em R\$) de domicílios chefiados por mulheres

VARIÁVEIS/ÍNDICES	BENEFICIÁRIAS	CONTROLE	DIF	%
Renda Agropecuária Total	3.887,00	3.191,00	696,00	22%
Renda Agropecuária Monetária	1.478,00	1.106,00	372,00	34%
Renda Agropecuária não Monetária	2.409,00	2.086,00	324,00	16%

Fonte: Avaliação de Impacto PDHC II, 2022

¹⁶ A renda agropecuária das agricultoras beneficiárias do PDHC II e do grupo controle foi calculada por meio de três formatos: (i) renda agropecuária monetária (componente vendas), (ii) renda agropecuária não monetária (componente consumo) e (iii) renda agropecuária total (soma das duas anteriores). A renda agropecuária monetária considerou todo o ganho financeiro ao longo do ano de 2021 obtido com a venda dos produtos de origem animal ou vegetal da unidade agrícola. Já a renda agropecuária não monetária considerou os gastos financeiros evitados ao longo do ano de 2021 por meio do consumo dos produtos de origem animal ou vegetal produzidos na própria unidade agrícola (MONITORA, 2022).

O grupo de mulheres entrevistado estabeleceu um novo patamar em suas relações com a natureza e valoriza o desenvolvimento em bases sustentáveis. Isso foi decorrência, segundo relataram, dos conhecimentos obtidos por meio do PDHC II e da aposta feita por organizações como CETRA e o Centro Sabiá de conduzir a assessoria para avançar na transição agroecológica. Por exemplo, o técnico Ademir Ligório comenta que Dona Alci, com a chegada do PDHC II, começou a diversificar e trabalhar com “um olhar agroecológico”. Ela trocou a galinha comercial e a ração industrializada, por galinha caipira e ração produzida com os próprios insumos de seu agroecossistema. Essa troca também foi motivada pela expectativa de comercializar produtos agroecológicos em feiras.

As evidências coletadas a partir dos depoimentos das seis mulheres entrevistadas permitem afirmar que elas, num curto período de tempo, aprenderam a se inserir nos mercados e a reconhecer a importância da função central que elas próprias desempenham na nutrição, na segurança alimentar e na geração de renda de suas famílias. A combinação da assistência técnica, redes colaborativas de conhecimento e intervenções inovadoras sobre processos produtivos, mercados e práticas gerenciais, idealizadas pelas organizações parceiras do PDHC II, contribuíram para a inclusão produtiva das mulheres das comunidades atendidas e para que saíssem da linha da pobreza. Tanto o CETRA quanto o Centro Sabiá promovem a conformação de redes de agricultores e agricultoras agroecológicas para a troca de experiências e aprendizados, convertendo seus integrantes em agricultoras e agricultores experimentadores¹⁷. Além disso, essas organizações promovem parcerias que permitem somar aos investimentos em ATER outras ações, como são as feiras de agricultura familiar, instaladas graças ao apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das prefeituras.

Os resultados obtidos pelas mulheres do Agreste em Pernambuco ou do Sertão Central no Ceará, aferidos por meio de entrevistas, não permitem quantificar o volume e valor da produção ou de rendimentos familiares obtidos por elas, mas o grau de satisfação frente ao serviço de ATER, expressado em suas falas, é suficiente para que se ateste **o acerto em atender a um público abaixo da linha da pobreza, em maior insegurança alimentar e nutricional, com baixo grau de escolaridade e localizados em zonas semiáridas, em particular de mulheres.** Elas sentem-se reconhecidas pelo trabalho que fazem, a renda que geram e a possibilidade de ocupar espaços, como o mercado, dominado, geralmente, por homens.

Neste sentido, pode-se afirmar que **houve um fortalecimento das capacidades das mulheres pesquisadas no que se refere à comercialização de seus produtos e ao seu poder de negociação autônomo.** Este resultado foi, em grande medida, decorrente das atividades executadas no âmbito do PDHC II, sobretudo no que se refere à presença de técnicas e técnicos

¹⁷ A ASA desenvolveu uma abordagem própria que valoriza e canaliza os saberes de agricultores(as) para a construção de um projeto de convivência com o semiárido. Principalmente a partir do IV Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (IV EnconASA), em 2003, agricultoras e agricultores, com o suporte institucional de sindicatos e associações locais, apresentavam-se como experimentadores(as) ao socializarem os resultados de suas práticas inovadoras. No IV EnconASA, houve um seminário específico para debater os princípios da proposta metodológica de construção de conhecimentos centrada na experiência dos(as) agricultores(as)-experimentadores(as)



Foto: Olivia Godoy

acompanhando as atividades produtivas. Vale a pena mencionar que foi a primeira vez que esse grupo de mulheres recebeu serviços de ATER. A presença das equipes técnicas foi o vetor que permitiu que elas fossem beneficiadas por outras iniciativas, como as feiras nos municípios próximos. Devido aos cortes financeiros nos contratos de ATER, atividades como oficinas em temas sobre comercialização, processamento e gestão financeira não foram realizadas. As atividades coletivas de formação foram limitadas. Mas, apesar disso, o Centro Sabiá e o CETRA realizaram oficinas, uma por cada comunidade (21 e 52 respectivamente), sobre gênero, o que facilitou uma primeira aproximação a esse tipo de discussão que, na prática da feira e da troca com outras mulheres, foi se aprofundando e concretizando, por exemplo, na participação em outros espaços, como a Rede de Mulheres do Agreste de Pernambuco ou a Rede de Agricultoras e Agricultores Agroecológicos.

Uma lição que deve ser considerada, na perspectiva de replicar iniciativas como as empreendidas nos casos monitorados, é que **são necessários maiores recursos financeiros, técnicos e de tempo destinados à transmissão de conhecimentos sobre processos organizativos e de comercialização**, tais como diversificação dos locais de venda, uso dos produtos gerados, diversificação de clientes e redução dos riscos de concentração da atividade produtiva com geração de uma única fonte de renda.

Ao focar ações de ATER e de orientação à comercialização de seus produtos nas mulheres beneficiadas, o PDHC II gerou mudanças na vida de suas famílias, conferindo um sentido e um reconhecimento à vida delas, em geral marcadas por trajetórias e processos longos de luta, resistência e superação.

Os depoimentos das mulheres do Agreste em Pernambuco e do Sertão Central no Ceará, beneficiadas pelo Projeto, apontam a necessidade de fornecer informações que lhes permitam conhecer mais sobre preços, quantidades e condições de venda, e não apenas sobre aspectos produtivos. Neste quesito, outra lição diretamente relacionada à gestão do conhecimento é a de que é necessário coordenar as ações de ATER com outras organizações e programas. Ações empreendidas no futuro, independentemente do vetor ser ATER, auxílios emergenciais, fortalecimento das bases organizativas, segurança alimentar e nutricional ou acesso a mercados, devem ser articuladas e coordenadas para promover sinergias.

As evidências fornecidas pelas mulheres do Agreste (PE) e Dona Alci no Sertão Central (CE) **ajudam a entender a importância da apropriação social do sistema alimentar em suas distintas dimensões**, conforme corroborado em outras pesquisas, como a realizada pela ACCV (2022). Essas mulheres ganharam autonomia ao participar das decisões na organização da produção, vender essa produção, apropriar-se do discurso da transição agroecológica e entender a importância dessa transição para a segurança alimentar de suas famílias e da comunidade em geral. Também, ganharam autonomia para utilizar os ganhos econômicos obtidos em novas atividades, que lhes permitam continuar avançando com seus empreendimentos.

Autonomia nas decisões sobre o manejo da propriedade. Conforme indicado em parágrafos anteriores, os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que, nos municípios visitados (Orobó, Vertente do Lério e Quixadá), há um maior número de propriedades dirigidas por mulheres ou em codireção pelo casal. De igual forma, a amostra da avaliação do impacto do PDHC II indica que 33,8% dos domicílios são chefiados por mulheres. Este dado pode ser indicativo da necessidade que muitos homens têm de se empregar fora da propriedade para garantir uma renda suficiente para suas famílias, ficando a gestão da propriedade nas mãos das mulheres. Tal situação pode sobrecarregar o número de atividades desenvolvidas por elas, mas deve-se reconhecer o avanço da participação das mulheres e, em alguns casos, o fato de se tornarem as protagonistas no manejo das propriedades. Ações futuras de ATER podem avançar na estruturação de empreendimentos que, em codireção pelo casal, permitam a gestão compartilhada de decisões, atividades e ganhos.



Foto: Sílvia Nonata da Silva

Sobre a SAN e geração de renda

"TEMOS MAIS QUALIDADE DE VIDA, A GENTE SE ALIMENTA E COMERCIALIZA AQUELE PRODUTO SEM VENENO. NÓS COMEÇAMOS PRODUZINDO ALIMENTOS PARA NÓS MESMOS. COMEÇA DO INÍCIO, DE POUQUINHO QUE VAI AUMENTANDO [...] QUANDO A GENTE COMEÇOU TINHA SÓ O MARACUJÁ, MAS A ATER INCENTIVA. AGORA VAI PARA O SUCO, PARA A POLPA, PARA O BOLO...E A GENTE CONSEGUE COMERCIALIZAR TAMBÉM"
(ANA CLAUDIA, VERTENTE DO LÉRIO – PE)

As seis experiências estudadas **conseguiram manter o acesso à comida de verdade para si e para a comunidade, apesar da gravidade da situação advinda da pandemia de Covid-19.** Agricultores e agricultoras familiares, com apoio de projetos como o PDHC II, desenvolveram planos de contingência para diversificar a produção e as redes de comercialização.

As ações de promoção da **diversificação de alimentos e das fontes de renda das beneficiárias** minimizaram a perda nos ingressos das famílias sem afetar a recém-adquirida autonomia das mulheres. A avaliação de impacto do projeto indica que houve um ganho importante na renda das mulheres beneficiárias do PDHC II em comparação às mulheres do grupo controle. O ganho financeiro das atividades agrícolas é mais representativo na produção animal e seus derivados, conforme o quadro 2.

Quadro 2| Ganho financeiro (em R\$) ano 2021 em domicílios chefiados por mulheres

VARIÁVEIS	BENEFICIÁRIAS	CONTROLE	DIF	%
Produção Animal	841,00	697,00	143,00	21%
Derivados da Produção Animal	451,00	278,00	173,00	62%
Produção Vegetal	263,00	192,00	71,00	37%

Fonte: Avaliação de Impacto PDHC II, 2022

As beneficiadas dos casos estudados fizeram gestão da produção, reduzindo-a ou redirecionando-a de forma que pudessem manter um volume mínimo de produtos para a venda e uma quantidade suficiente de comida de verdade na mesa de suas famílias. **O PDHC II facilitou que esse grupo de mulheres adquirissem habilidades para tomar suas próprias decisões sobre o que produzir e em que quantidades.**

Outro dado que confirma o avanço das mulheres beneficiadas pelo PDHC II em relação à gestão de sua produção encontra-se nos resultados da iniciativa das Cadernetas Agroecológicas¹⁸. Essa ação foi implementada por 81 mulheres atendidas pelo PDHC II nos estados de Alagoas, Ceará e Pernambuco, o ganho financeiro pela venda de seus produtos (agropecuários, artesanato e beneficiamento) foi de R\$ 165.268,00 (FIDA, 2021). Em média, o estudo apurou que cada agricultora contribuiu com R\$ 562,58 por mês no orçamento doméstico.

A autonomia, a flexibilidade e a resiliência diante de adversidades, demonstradas pelas mulheres beneficiadas pelo PDHC II, constatadas na pesquisa, não foram observadas igualmente em outros segmentos de beneficiários, conforme sugerem os depoimentos de técnicos de ATER. Ações que se inspirem no PDHC devem incorporar esse aprendizado quando se trata de definir o público-alvo e planejar os conteúdos a serem transmitidos. A experiência ensina que **o foco nas mulheres produz resultados superiores às práticas usuais de ATER e de combate à fome e à pobreza no meio rural, em particular quando se trata de buscar a superação da insegurança alimentar (IA).**

Redes de apoio e de articulação entre agricultores e agricultoras ajudam na SAN das famílias e na troca de informações para melhorar seus sistemas produtivos e a geração de renda. A rede de agricultores experimentadores promovida pelo CETRA que ajudou a Dona Alci (relatado sinteticamente acima), ao revelar os resultados da inserção das beneficiadas nas dinâmicas sociais do território, inclusive com a ampliação dos espaços de comercialização de seus produtos na feira de Fortaleza, representam um valioso ensinamento sobre como replicar iniciativas do gênero.

A importância da renda não monetária. Um aprendizado importante resultante da pesquisa, confirmado pelos depoimentos, é que **a segurança alimentar e nutricional das famílias e das comunidades está relacionada com a produção econômica não monetária das agricultoras.** A avaliação de impacto mostrou que as mulheres beneficiárias do PDHC II, tiveram uma renda anual não monetária (consumo) de R\$ 2.409,00 superior em 16% à renda do grupo controle (R\$ 2.086,00). A existência dessas rendas não monetárias deve ser reconhecida pelo Estado e pela sociedade, implementando políticas públicas direcionadas para essas agriculturas e valorizando a diversidade de atividades que realizam.

¹⁸ O instrumento feminista Caderneta Agroecológica foi criado em 2011 pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, com o objetivo de mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas. Instrumento simples onde as agricultoras registram sua produção, classificando-a em “vendido, doado, trocado e consumido, a partir de tudo o que é cultivado nos espaços de domínio das mulheres nas unidades produtivas da agricultura familiar e camponesa, desde a produção agropecuária ao artesanato e o beneficiamento” (FIDA, 2021 p. 16).

Sobre ATER e a perspectiva agroecológica

"CORAGEM A GENTE TEM PARA TRABALHAR. E AGORA COM ESSA OPORTUNIDADE DE TER QUEM ORIENTE A GENTE, SOBRE O QUÊ E COMO PRODUIR FICA MUITO BOM [...] A GENTE NÃO TINHA ESSE PLANO, ESSE PENSAMENTO DE VENDER. EU MESMA, QUANDO ELIANE CHEGOU E FALOU 'VOU BOTAR UMA BARRAQUINHA PARA VOCÊS [NA FEIRA]', EU PASSEI UM BOCADO DE DIAS SEM DORMIR. [...] COMO É QUE EU VOU VENDER, COMO É QUE VOU PARA RUA VENDER SE NUNCA VENDI? AGORA NÃO, É FELIZ DA VIDA PARA PARTICIPAR NA FEIRA. A GENTE FEZ AMIZADE, ESTAMOS COM AS COLEGAS, APRENDENDO, CONVERSANDO, É UMA LIBERDADE. É UMA LIBERDADE QUE A GENTE TEVE A MAIS DO QUE VIVIA" (LUCINETE, OROBÓ - PE)

Um fator importante para o sucesso na transferência de conhecimentos das entidades de ATER está na atitude do extensionista, que deve reconhecer os saberes das pessoas beneficiadas. Dar visibilidade às mulheres inclui esse reconhecimento, no qual precisam estar incluídos anseios e práticas não agrícolas e a pedagogia do "aprender fazendo".

Como expressaram as beneficiárias pelo projeto, não lhes faltam vontade e determinação de aprender. O aprendizado e o empoderamento, entretanto, são alcançados com melhores resultados por meio de ações diferenciadas para as mulheres. **Um dos fatores de sucesso** identificado pelas beneficiadas na atuação do Centro Sabiá **é que, na interação entre extensionistas e beneficiárias, os primeiros demonstram conhecimento e inserção nos territórios delas, o que permite maior aproximação pessoal e a criação de vínculos de confiança e cooperação com eles.**

O PDHC é um grande guarda-chuva que permite a articulação com outros projetos e, assim, potencializar os serviços de assessoria oferecidos. A articulação e o trabalho conjunto com as associações comunitárias e sindicatos dos territórios das beneficiadas - que nunca tinham sido atendidos por serviços de ATER -, permite identificar potencialidades produtivas, promover a inclusão social e a valorização das beneficiárias. Além disso, a articulação com outros programas permite às beneficiárias ter acesso a recursos por meios inovadores, a exemplo dos fundos rotativos administrados pelo Centro Sabiá. Esse processo, por sua vez, facilita a melhora dos sistemas produtivos e a participação em redes de agricultores e agricultoras familiares.

Contribuição para a transição dos sistemas alimentares. Ao observar o trabalho realizado pelo Centro Sabiá e pelo CETRA com recursos do PDHC II, sob a ótica das dimensões que envolvem a noção de segurança alimentar e nutricional, é possível afirmar que nessas famílias a diversificação da produção favorece a maior e mais variada disponibilidade do alimento e a troca, mediante as redes locais de abastecimento. Da mesma maneira, as orientações para avançar nos processos de transição agroecológica contribuem com a sustentabilidade social e ambiental dos sistemas agroalimentares. Os processos de transição agroecológica não se limitam a mudar as maneiras de produzir. Eles visam a diminuir as diferenças de gênero e geração e isso foi percebido pelas beneficiadas.

Metodologias diferenciadas. A forma como o Centro Sabiá e o CETRA aproximam-se das comunidades e utilizam metodologias diferenciadas para trabalhar com grupos específicos, como mulheres, é elemento-chave do sucesso das intervenções. Essas instituições combinam produção, comercialização e fortalecimento da organização social. Entre os atributos dessas metodologias, que refletem o comprometimento com a política de convivência com o seminário, estão: contextualização dos instrumentos, conforme as características de cada comunidade ou grupo a ser atendido; ações descentralizadas; integração com outras ações e políticas; reconhecimento dos saberes locais; promoção da constituição de redes de agricultores; práticas de aprender fazendo, como a própria gestão da feira.

Territorialização de sistemas alimentares. Luta pelo território, conformação de circuitos curtos de comercialização, produção e procura por alimentos saudáveis, fortalecimento da relação entre o campo e a cidade são formas de estruturar sistemas agroalimentares sustentáveis. Em sua diversidade, o conjunto das experiências analisadas nos ensina a importância das parcerias entre comunidades, empresas prestadoras do serviço de ATER e os programas públicos. Grupos motivados pelo princípio da solidariedade e conduzidos por ações coletivas trabalharam em redes de cooperação, resolvendo questões urgentes e prioritárias, como assegurar alimento de qualidade às próprias comunidades ou a outros grupos vulneráveis. Essas transformações estão sendo construídas junto às mulheres desde a base, com muita dificuldade, mas representam um avanço importante e proporcionam lições sobre como promover sistemas alimentares sustentáveis.

A transição dos sistemas alimentares para sistemas sustentáveis, a divisão sexual do trabalho, a garantia da segurança alimentar e nutricional e a valorização de indicadores de mudança, que não se limitam à dimensão econômica, são os desafios que estão postos. Os casos de mulheres nordestinas dos municípios de Orobó e Vertente do Lério, em Pernambuco, e Quixadá, no Ceará, beneficiadas pelo Projeto Dom Helder Câmara II, ensinam sobre a multidimensionalidade dos processos de desenvolvimento. Também deixam como lição aprendida a importância de ouvir as demandas e percepções das beneficiárias.

CONTEXTO ATUAL

Os dados nacionais mais recentes sobre a insegurança alimentar são alarmantes. Existem na atualidade mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil e a restrição quantitativa dos alimentos ocorre para 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios brasileiros (Rede PENSSAN, 2022). O II Inquérito Nacional Sobre a Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19, realizado pela Rede PENSSAN (2022), constata que a desigualdade de acesso aos alimentos é maior nos domicílios rurais, sendo a insegurança alimentar grave (IA grave) de 18,6% acima da média nacional, de 15,5%. Essa desigualdade manifesta-se, também, em termos geográficos, aparecendo com maior força nas regiões Norte e Nordeste (25,7% e 21% de IA grave, respectivamente). **A agricultura familiar é fortemente atingida: a fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores(as) familiares/ produtores(as) rurais no país** (Rede PENSAN, p. 41).

Somados aos dados da IA, as informações sobre a pobreza no Brasil são, igualmente, alarmantes. Num lapso de um ano (entre 2020 e 2021), 11 milhões de pessoas caíram na pobreza e 6,3 milhões desses ficaram na pobreza extrema, se deparando, a cada dia, com a falta de comida (IMDS, 2022). Como acontece com os dados da insegurança alimentar (IA), a incidência da pobreza nas áreas rurais é maior que nas áreas urbanas (36,6% para 20,1%, respectivamente). Esses dados dramáticos sobre o número de pobres no Brasil concentram-se nas regiões Norte e Nordeste (36,4% e 39,7%, respectivamente) (IMDS, 2022).

A variação da incidência da pobreza na região Nordeste, entre os anos de 2020 e 2021, foi de 9,4%, comparada com os cinco pontos percentuais de variação no Brasil. Quando observados especificamente os estados de Pernambuco e Ceará, o aumento na incidência da pobreza, no mesmo período, foi de 8,8% para o caso de Pernambuco (de 35,1% a 43,8%) e 7,4% para o caso de Ceará (de 26,6% a 34,0%) (IMDS, 2022).

Os analistas apontam a pandemia de Covid-19 como uma das principais causas desse quadro de pobreza, mas é importante mencionar que, mesmo antes da crise econômica e sanitária, a pobreza atingia a 52% da população rural brasileira e 15% viviam em situação de pobreza extrema (Favareto et al, 2021).

No Brasil, entre os anos 2004 e 2013, houve uma reversão importante dos índices de insegurança alimentar, o que levou o país a sair do mapa da fome. Esse avanço foi obtido graças a um conjunto de políticas públicas implementadas em todos os níveis, algumas delas com recursos e apoio técnico proporcionados por organismos como o FIDA. No entanto, essa trajetória teve um retrocesso, conforme evidenciado pelo inquérito citado. "O cenário mudou muito a partir de 2015, com a escalada inflacionária, a ausência de recomposição do valor de benefícios sociais e o desmonte das políticas de segurança alimentar, sobretudo a partir do ano 2019" (Folha de S. Paulo, 2022).

A precariedade desses indicadores para a maioria dos lares brasileiros cria maior vulnerabilidade e exclusão, desafiando, ainda mais, o desenho de estratégias que ajudem a reverter essa situação e garantir o direito à alimentação adequada dessa população, assim como o acesso a bens e serviços que melhorem os meios de vida da população rural de maneira duradoura. Devem ser pensadas estratégias que, no longo prazo, criem as bases para que trajetórias virtuosas de desenvolvimento não tenham os desafios que se evidenciam hoje no Brasil.

Como citado por Quisumbing e colaboradores (2022), a autonomia e o empoderamento feminino e a igualdade de gênero (ODS 5)¹⁹ são importantes por si só e estão diretamente ligados ao cumprimento dos três primeiros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na sua ordem: eliminação da pobreza, fome e desnutrição zero e boa saúde e bem-estar para mulheres e crianças.

¹⁹ ODS e. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas.



Foto: Heloisa Müller

RECOMENDAÇÕES

Novas políticas públicas ou aprimoramento das existentes para maiores impactos no empoderamento das mulheres e melhoria da SAN

Formulação de políticas públicas que especificamente ampliem o horizonte de atuação das mulheres mediante a conquista de atividades produtivas diversificadas, como de variedade de espaços de comercialização e/ou troca. Essas políticas devem estar sustentadas em princípios que propiciem o resgate de conhecimentos tradicionais, a adaptação às realidades dos contextos territoriais e que busquem a articulação de dimensões econômicas, culturais e ambientais.

O cenário atual em matéria de mudanças climáticas, fome, desigualdade e pobreza exige atuações rápidas, coordenadas e articuladas entre diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil. Programas futuros de ATER devem aproveitar as lições aprendidas do PDHC II, principalmente, aquelas extraídas de casos que conduziram suas ações para transformações nos modos de produção e comercialização dos produtos. A recomendação aqui é no sentido de **que sejam executados mais firmemente programas que incentivem a transição agroecológica, a diversificação produtiva, a participação da sociedade civil organizada e a valorização dos circuitos curtos**, enraizados nos territórios, protegendo e valorizando seus recursos naturais, os alimentos locais e aspectos culturais. Em síntese, projetos conduzidos para a transformação dos sistemas alimentares. Os projetos que sejam apresentados por organizações prestadoras de serviços de ATER podem ser avaliados a partir de critérios que levem em conta esses aspectos, recebendo maior pontuação aqueles que inovam nas formas de trabalhar com grupos de mulheres e garantam processos de transformação para sistemas alimentares sustentáveis.

Experiências de feiras, compras públicas institucionais (inclusive no âmbito municipal) e outras inovações para a comercialização **podem ser fomentadas pela atuação e incidência da assistência técnica nos diferentes atores dos sistemas alimentares**. A premissa básica é que grande parte dessas iniciativas não exige novos aportes de recursos, mas a capacidade de reorientar os fluxos econômicos e gerar dinâmicas locais.

Muito deve ser feito, ainda, para diminuir as desigualdades de gênero. Os depoimentos das beneficiadas pelo PDHC II, colhidos em campo e parcialmente reproduzidos neste documento, estão em linha com outras avaliações de projetos com objetivos semelhantes e endossam as recomendações de Favareto e Carneiro (2017). Especificamente no caso das mulheres dos municípios de Orobó e Vertente do Lério, em Pernambuco, e Quixadá, no Ceará, beneficiadas pelo Projeto Dom Helder Câmara, **sugere-se escutar as mulheres rurais para a elaboração**

de políticas públicas que sejam pautadas pelas suas demandas e pela diversidade de realidades dos mundos rurais brasileiros. Deve-se identificar como são dadas as relações de poder e as desigualdades que geram. Deve-se compreender que as atividades domésticas e do cuidado são parte do processo produtivo e, como tais, devem ser enquadradas nas preocupações dos projetos.

Para facilitar a participação das mulheres na vida pública, econômica e política, é necessário destinar recursos para seu deslocamento e alimentação, como garantir que possam levar consigo os filhos menores e disponibilizar infraestrutura (tipo creches) onde eles sejam cuidados enquanto elas trabalham nessas atividades coletivas. Mas, além disso, para vencer as desigualdades na distribuição das tarefas produtivas e reprodutivas, é necessário implementar ações de capacitação, com metodologias desenvolvidas para esse fim, onde o grupo familiar possa evidenciar os benefícios econômicos, de SAN e de saúde quando são compartilhadas as responsabilidades dentro do lar e da família.

Articulação e coordenação entre programas

Retomar e/ou ampliar a **coordenação entre programas, articulação e diálogo de políticas e cooperação entre atores** para inovação produtiva e social parecem ser ações chaves do sucesso dessas intervenções e de seus efeitos na segurança alimentar e nutricional dessas famílias. A crise institucional, política e sanitária por que passa a humanidade nestes tempos traz consigo um aumento das desigualdades, da pobreza e da fome. Ações como as empreendidas pelo PDHC II e seus parceiros no Semiárido Brasileiro dão indícios de que muitas das estratégias desenhadas podem indicar caminhos para a transformação dos territórios rurais.

Entre essas estratégias podem ser mencionadas: a implementação de sistemas agroflorestais e bancos de sementes; a diversificação dos sistemas produtivos e dos canais de comercialização; a capacitação para aprender diferentes formas de processar e conservar os alimentos, como a geração de habilidades para empreender em áreas como o artesanato e a culinária; a instalação de feiras agroecológicas; a constituição de fundos rotatórios; projetos para conservação e uso racional da água; a promoção de trocas de saberes entre agricultoras e agricultores, entre outras.

Mas, essas mesmas evidências indicam que não é uma única ação que gera os bons resultados. É preciso articular agendas produtivas, componentes de mercados, ações de proteção social e fomentar a organização cooperativa. A descentralização na execução de projetos de ATER deve ser favorecida, incentivando as organizações a criarem parcerias para execução desse tipo de projetos e mostrarem, explicitamente, como os recursos de ATER serão potencializados com outras ações que articulem diversas dimensões para o desenvolvimento e que estejam em sintonia com os planos e políticas municipais, estaduais e federais.

Desenvolvimento de capacidades

Trabalhar **sob a perspectiva de gênero** vai além de oficinas que tratem sobre esse assunto. **É necessário avançar na formação de capacidades nas equipes técnicas prestadoras dos serviços de ATER** sobre conceitos que orientem a execução de práticas que diminuam as desigualdades de gênero. Essas ações de formação podem ser estruturadas de forma continuada, vindo a constituir-se, na ação de formação, em espaços de identificação de boas práticas, a partir das quais possa aprimorar-se a aprendizagem sobre a dimensão de gênero

Recomenda-se avançar na formalização de associações ou formas coletivas de mulheres que favoreçam a autonomia delas e possibilitem que tomem suas próprias decisões em espaços sociais caracterizados pelo domínio masculino, como é o caso do mercado. Experiências de grupos de mulheres mostram que essa formalização lhes permite, além de fortalecer o vínculo de solidariedade entre elas e propiciar a troca de experiências e conhecimentos, acessar políticas públicas que, como no caso das compras públicas, cumprem o duplo objetivo de garantir a SAN e a geração de renda.

Os dados das famílias de agricultoras dos municípios visitados indicam, como já mencionado, uma porcentagem alta de pessoas sem escolaridade. É o caso, por exemplo, de quatro das seis mulheres que compõem este relato. Recomenda-se oferecer serviços de ATER que levem em conta essa situação para superar tal barreira por meio de formas de comunicação e linguagens acessíveis a essas pessoas. Nessa mesma dimensão, é chave **que se aprimorem as ações de formação com jovens** para zerar esses indicadores de baixo acesso à educação, mas, sobretudo, para introduzi-los em tecnologias da informação e comunicação (TIC) que se convertam em alternativas claras para a digitalização dos mercados.

Em termos gerais, para desenvolver essas ações de capacitação, recomenda-se utilizar metodologias que propiciem a troca entre grupos de mulheres de diferentes territórios para aprender a partir de outras experiências e permitir que elas conheçam realidades similares e ganhem, nesse espaço coletivo da troca, a confiança para superar as barreiras que limitam a igualdade de gênero.

A experiência do PDHC II, conforme os relatos das beneficiadas e dos técnicos das empresas privadas contratadas, indica a necessidade de **que novos projetos estabeleçam um vínculo maior com os territórios e diminuam a brecha que se estabelece entre eles e o nível central (federal)**. É importante valorizar o protagonismo da sociedade civil e os parceiros locais na execução dos projetos. É igualmente fundamental a proximidade com a realidade local na implementação de ações de desenvolvimento no marco da convivência com o Semiárido via a territorialização de seus sistemas alimentares.

REFERÊNCIAS

AÇÃO COLETIVA COMIDA DE VERDADE (ACCV). Contribuições para o debate sobre abastecimento alimentar no Brasil. Possibilidades futuras e demandas de políticas públicas. Publicado em abril de 2022. Disponível em: <https://acaocoletivacomidaverdade.org>. Acesso em 20 de abril de 2022.

AÇÃO COLETIVA COMIDA DE VERDADE (ACCV). Comida de verdade em tempos de pandemia: resultados de pesquisa e indicativos de ação projeto "Covid-19 e sistemas agroalimentares no Brasil: quais saídas para um futuro melhor?" Publicado em setembro de 2021. Disponível em: <https://acaocoletivacomidaverdade.org>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

ÁVILA, Mario Lúcio de; MIRANDA FILHO, Reinaldo José de (Coord.). Relatório: aferição dos indicadores do marco lógico: questionário online novembro – dezembro/2020. Brasília: Projeto Monitora, 2021. Disponível em: <https://www.cegafiunb.com/2022/05/16/afericao-dos-indicadores-do-marco-logico-questionario-online-novembro-dezembro-2020/>

BRASIL. MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Projeto Dom Helder Câmara, POA, 2020.

CAMPOS SÁ, Andréa; DINIZ, Paulo César. Tecendo histórias de resistência. Relatório de visita de campo Projeto Tipologia da Inclusão Produtiva Rural (RETE). Em elaboração, Campina Grande, 2022.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO -SABIÁ. Fundos Rotativos Solidários. Portal do Centro Sabiá. Notícias. 10 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2020/01/10/fundo-rotativo-solidario-contribui-para-transformacao-de-vidas-de-familias/>. Consultado em 30 de agosto de 2022.

FAO. Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: FAO, 2017.

FAVARETO, Ariane; CARNEIRO, Maria José. Políticas públicas e as mulheres rurais: análises recentes das ciências sociais brasileiras. Textos GPAC – Pesquisas nº 4. Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro, 2017

FAVARETO, Ariane. Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o programa nacional de alimentação escolar e sua incidência na igualdade de gênero. In: IX Encontro da Rede de Estudos Rurais. Evento online. Anais, 2021

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Análise de um ano de uso das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos apoiados pelo FIDA no Brasil. Salvador: FIDA, 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista. Matéria assinada por Suzana Petropouleas 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml?fbclid=IwAR2FVURxqfuDCc82hGf1ORlcv6C4I9-q2_BCM1kkHXhli_uhzTOaZ0r-vFY. Consultado em janeiro/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IFAD. Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido. Projeto Dom Helder Câmara. Relatório de desenho final do Projeto. IFDA, 2013

JALIL, Laeticia. Agroecologia: o poder feminino e as questões socioeconômicas. Mesa redonda (online) Universidade de Brasília, 20 de abril de 2022.

JANCZ, Carla; MARQUES, Gláucia; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; MIRANDA, Rosana; SAORI, Sheyla. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018. 84p.

MONITORA. Avaliação de impacto do PDHC. Relatório em elaboração. Brasília, 2022

PAULO, Maria de Assunção; WANDERLY, Nazareth. Jovens rurais de Orobó: a realidade do presente e os sonhos para o futuro – pesquisa exploratória. In: SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

QUISUMBING, Agnes et al. Women's empowerment, food systems, and nutrition. Papers of the 2021 Rural Development Report. IFAD Research Series, nº 74, 2022.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]:II VIGISAN: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SEN, Amartya. Capacidad y Bienestar. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (compiladores). La Calidad de Vida. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização. São Paulo: SOF, 2016.

TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila. As cadernetas agroecológicas: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras no Brasil. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (ORG). Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

WEITZMAN, Rodica; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emilia. Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam (ORG). Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2021.



PROJETO
DOM HELDER
C Â M A R A